

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

COLONIALIDADE DO SABER E EPISTEMICÍDIO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA: REFLEXOS E REFLEXÕES

Felipe Arthur Cordeiro Alves, Universidade Federal da Paraíba, <https://orcid.org/0000-0003-1339-710X>, Brasil, felipecordeiro41@hotmail.com

Wendia Oliveira de Andrade, Universidade Federal do Pará, <https://orcid.org/0000-0002-1917-8218>, Brasil, wendia@ufpa.br

Edivanio Duarte de Souza, Universidade Federal de Alagoas, <https://orcid.org/0000-0002-7461-828X>, Brasil, edivanio.duarte@ichca.ufal.br

Eixo: Perspectivas Epistemológicas

1 Introdução

O colonialismo histórico é amplamente reconhecido como um período de intensa violência e opressão contra as diversas formas de ver, de julgar e de agir dos povos subalternizados. No entanto, é crucial destacar, em consonância com Santos (2019), que a independência das colônias não significou o fim do colonialismo, mas a transmutação em outras formas de exploração, de marginalização e de submissão, como xenofobia, racismo, neocolonialismo e colonialidade do conhecimento.

Mignolo (2005, 2017) argumenta que a colonialidade transformou uma ordem mundial policêntrica e não capitalista, existente antes do século XVI, em um sistema monocêntrico e de mentalidade capitalista entre 1500 e 2000. Além disso, a colonialidade impulsionou uma transformação epistemológica ligada ao Renascimento Europeu, que impactou tanto a ciência quanto a arte. O imaginário moderno/colonial emergiu de uma complexa articulação de forças, vozes silenciadas, memórias fragmentadas e narrativas unilaterais que suprimiram outras histórias, além de relatos que refletem a duplicidade da consciência

colonial. Assim, o colonialismo histórico persiste como colonialidade, a face sombria da modernidade (Mignolo, 2017).

É preciso, portanto, ressaltar que colonialismo e colonialidade são conceitos imbricados, mas que representam coisas diferentes. Quijano (2009) esclarece que o colonialismo se refere a uma estrutura de dominação e de exploração mais direta. Nele, uma população exerce controle sobre a autoridade política, os recursos de produção e o trabalho de outra população com identidade distinta, e essa dominação é exercida a partir de uma sede de poder localizada em uma jurisdição territorial diferente. É, em sua essência, uma relação de controle territorial e político explícito. No entanto, o autor destaca que o colonialismo nem sempre, e não necessariamente, implica em relações racistas de poder.

Por outro lado, a colonialidade é apresentada como um fenômeno mais profundo e duradouro que o colonialismo, embora esteja intrinsecamente ligada a ele. Inobstante o colonialismo seja obviamente mais antigo, a colonialidade tem se mostrado persistente ao longo dos últimos 500 anos. Isso significa que, mesmo após o fim das formas explícitas de dominação colonial (como a independência política de países), os padrões de poder, de

conhecimento e de ser que foram estabelecidos durante o colonialismo continuam a operar e a moldar as sociedades, perpetuando hierarquias e desigualdades. Essa distinção é fundamental porque nos permite ver que, mesmo sem uma ocupação territorial direta, as heranças coloniais persistem em diversas esferas da vida, desde a economia até a forma como produzimos e validamos o conhecimento, passando pelas estruturas sociais e raciais (Quijano, 2009).

A passagem da Europa Medieval para a era "moderna" foi marcada por uma série de imposições do Norte Global, especialmente da Europa, sobre suas colônias. O sistema mundo moderno-colonial estabeleceu próprios valores, perspectivas religiosas, concepções de coletividade, modelos de Estado de Direito, matrizes econômicas e epistemologias, entre outros. Essencialmente, o pensamento moderno-colonial demonstra uma intolerância intrínseca a modos de ser, pensar e agir distintos, invariavelmente reprimindo aquilo que difere de seu *modus operandi*. Em última análise, trata-se de um sistema impositivo, centrado em um sujeito universal eurocêntrico idealizado. Esse modelo, em tese, deveria servir de exemplo para os demais, desconsiderando as idiosincrasias dos seres humanos em todo o mundo.

Apesar disso, a relação entre modernidade e colonialidade nem sempre é imediatamente perceptível. Maldonado-Torres (2008) esclarece essa aparente dissonância: à primeira vista, os conceitos de modernidade (ligado ao tempo) e imperialismo/colonialismo (ligado ao espaço) parecem díspares. Poder-se-ia argumentar que a modernidade implica uma "colonização do tempo" por parte da Europa, criando estágios históricos que culminaram no seu advento em solo europeu. Contudo, os discursos dominantes sobre a modernidade, mesmo ao associá-la inerentemente à Europa, não conseguem desvincular-se da sua localização geopolítica. O conceito de modernidade, de forma engenhosa, tende a ocultar a relevância da espacialidade em sua própria formulação. É por essa razão que muitos dos que aderem ao

discurso da modernidade adotam uma perspectiva universalista, desconsiderando a importância da localização geopolítica. Para esses, a modernidade é vista como uma fuga ao legado da colonização e da dependência, ignorando que ela esteve intrinsecamente ligada à experiência colonial.

Com efeito, modernidade e colonialidade constituem um par conceitual onde os termos se relacionam e se definem mutuamente. A produção histórica da Modernidade, entendida como uma racionalidade técnico-científica ocidental, é inseparável de seu lado obscuro: a colonialidade. Esta, por sua vez, abrange um conjunto de processos objetivos e subjetivos que impeliram países e povos colonizados à subalternização. O "lado obscuro" faz referência àquilo que permanece invisível (como o lado oculto da lua), precisamente o caráter constitutivo da experiência colonial e da colonialidade, que desvaloriza tudo o que diverge do pensamento moderno (Almeida, 2011).

O ocultamento da colonialidade no pensamento moderno gerou diversas formas de violência e de opressão, especialmente contra grupos subalternizados em situação de vulnerabilidade social. É crucial ressaltar que a modernidade e a colonialidade operam de modo estrutural e estruturante, não havendo, portanto, ambientes imunes a elas. Conforme Grosfoguel (2008), nenhuma cultura no mundo permaneceu intocada pela modernidade europeia. Quijano (2009) exemplifica que a colonialidade, como extensão viva e atuante do colonialismo, imbrica-se no sistema capitalista com vieses racistas de dominação, (Quijano, 2009).

Consequentemente, as ciências em geral, e a Ciência da Informação em particular, são diretamente influenciadas por esse tipo de pensamento. Nesse sentido, com base em Silva (2008), é possível desconstruir qualquer pressuposto de neutralidade nas ciências. O racionalismo tentou mascarar uma ideia de neutralidade baseada no uso da razão. Todavia, a neutralidade é um dos princípios que confere poder e *status* à Ciência Moderna. No entanto, é necessário desvelar

que essa ciência é diretamente influenciada por interesses políticos, econômicos e sociais, que se refletem em questões de gênero e raça. A Ciência moderna é masculina, androcêntrica, branca, ocidental, e assentada nas classes mais abastadas da sociedade. Ela se sobrepõe a outros saberes, ditando o que conhecer, para que conhecer, como conhecer e quem pode conhecer.

A estrutura de dominação da colonialidade manifesta-se em três dimensões cruciais: poder, ser e saber (Oliveira & Silva, 2021). Na dimensão do saber, uma das expressões da colonialidade é o silenciamento dos conhecimentos (epistemicídios) de povos subalternizados, um processo destrutivo que promove a aniquilação do conhecimento.

Este estudo questiona, então, como a colonialidade do saber influenciou os epistemicídios na Ciência da Informação brasileira. Com efeito, o objetivo desta comunicação é discutir a contribuição da colonialidade do saber para a ocorrência de epistemicídios no contexto da Ciência da Informação brasileira.

A relevância desta investigação justifica-se pela urgência em desconstruir a colonialidade do saber e os silenciamentos de saberes que dela decorrem no campo de conhecimento informacional. Além disso, a pesquisa se alinha diretamente à temática do evento, podendo contribuir para a construção de perspectivas epistemológicas decoloniais na área.

2 Fundamentos da crise do pensamento moderno-colonial

O pensamento moderno, historicamente enraizado em um universalismo que busca leis e princípios aplicáveis a todas as culturas e contextos, enfrenta hoje uma crise profunda. Essa crise se manifesta na crescente incapacidade desse paradigma de compreender e de integrar as realidades locais e suas particularidades. Ao desconsiderar as nuances culturais, sociais e históricas de cada comunidade, o universalismo moderno não apenas falha em oferecer soluções eficazes

para problemas globais, mas também perpetua dinâmicas de poder que marginalizam conhecimentos e práticas tradicionais. Além disso, a imbricação da modernidade e da colonialidade com o capitalismo resultou em um profundo estado de frustração da sociedade com as promessas de desenvolvimento moderno, sobretudo, em países do Sul Global.

A modernidade encontra-se em um estado de crise impulsionado, em grande parte, pela mítica neutralidade científica e pelo não cumprimento pleno de suas promessas. Grosfoguel (2008) argumenta que a suposta neutralidade e objetividade desinteressada da ciência são, na verdade, mitos ocidentais. René Descartes, considerado o fundador da filosofia ocidental moderna, marcou um divisor de águas ao substituir Deus – o alicerce da teopolítica do conhecimento medieval europeu – pelo homem. No entanto, esse "homem" não representava a humanidade em sua totalidade, mas sim o homem ocidental, que se tornou o novo fundamento do conhecimento moderno europeu. Atributos antes considerados divinos, como a Verdade Universal, o acesso privilegiado às leis do universo e a capacidade de produzir conhecimento e teorias científicas, foram transferidos para a mente desse homem ocidental. O *ego-cogito* cartesiano (eu penso, logo existo) tornou-se, assim, a base das ciências modernas ocidentais.

Complementarmente, Gonçalves (2011) destaca que o modelo moderno se mostrou insustentável e inconciliável com outras formas de conhecimento e com a própria sociedade contemporânea. A Modernidade não conseguiu entregar plenamente suas promessas, como o famoso lema da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Embora essas promessas continuem válidas, esse autor sugere que sua plena conquista exige a adoção de outros meios, instrumentos e uma racionalidade distinta daquela que pautou a modernidade. Isso aponta para a necessidade de repensar os paradigmas atuais e buscar abordagens mais

inclusivas e eficazes para os desafios contemporâneos.

De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2018), a racionalidade científica moderna enfrenta uma crise profunda e irreversível, resultado de fatores tanto teóricos quanto sociais. No âmbito teórico, descobertas científicas revelaram as limitações do modelo moderno tradicional. Exemplos incluem a relativização das leis de Newton por Einstein, os estudos de Heisenberg e Bohr na mecânica quântica, as investigações de Gödel que demonstraram os limites do rigor matemático (existência de proposições indemonstráveis), e as teorias dissipativas de Ilya Prigogine sobre "ordem através das flutuações". Em relação às condições sociais, a industrialização da ciência a ligou intrinsecamente ao poder econômico, social e político. Isso se tornou evidente na Segunda Guerra Mundial com a produção de bombas, gerando dois efeitos principais: a estratificação da comunicação científica e o aumento das relações de poder entre cientistas, além de um agravamento da desigualdade no desenvolvimento tecnológico e científico entre os países do Norte Global e do Sul Global.

Essa breve análise de conjuntura é crucial para o desenvolvimento do presente estudo, pois a Ciência da Informação, enquanto campo do conhecimento, emerge em um período de declínio moderno e transição paradigmática. Esse novo estatuto do conhecimento, caracterizado pela crise, é designado por Santos (1995) como pós-modernismo ou pós-modernidade; contudo, este estudo prefere o termo pensamento contemporâneo devido à pluralidade de definições para o período pós-declínio da modernidade. Conforme Alves (2025), em um cenário de crise e transição paradigmática, a Ciência da Informação nasce no Norte Global e se dissemina por países do Sul Global, como o Brasil, que, invariavelmente, são sinal visível do não cumprimento das promessas modernas em termos de desenvolvimento socioeconômico.

3 Emergências dos pensamentos críticos contemporâneos intra-europeu e extra-europeu

Em relativa concomitância ao surgimento da Ciência da Informação no Norte Global e sua posterior disseminação no Sul Global, emergiram perspectivas críticas ao pensamento moderno, notadamente ao conhecimento científico. Gaston Bachelard (2006, pp. 17) argumenta que "o conhecimento científico é sempre a reforma de uma ilusão", sugerindo que, para o espírito científico, traçar uma fronteira já significa superá-la. Ele critica o racionalismo a priori cartesiano, de caráter universalista, por considerá-lo um "racionalismo em recuo sobre a experiência", uma redução da realidade. Esse processo filosófico redutivo, para ele, torna-se involutivo. Em contraposição, o autor defende um racionalismo integral ou integrante, que se constrói a partir da consideração das características das regionalidades e das experiências locais, e que, por conseguinte, não é universal (Bachelard, 2006).

Em um esforço para contextualizar e conferir uma roupagem mais integral ao racionalismo científico, surgiram diversas teorias críticas à modernidade. Essa perspectiva crítica abrange tanto o cenário intra-europeu quanto o extra-europeu. De acordo com Oliveira & Gomes (2021), a própria formação da ciência moderna e a subsequente crítica epistemológica a ela direcionada se deram na Europa Ocidental. No entanto, essa crítica estava intrinsecamente ligada a uma cosmovisão europeia, considerando as diversas tradições às quais pertenciam e de onde partiam todos os seus teóricos. A crítica intra-europeia e pós-positivista, embora de inegável relevância e representada por nomes como Gaston Bachelard, Michel Foucault, Fritjof Capra, Jürgen Habermas, Jean Piaget, Karl Popper e Boaventura de Sousa Santos, ainda se insere, parcialmente, no horizonte da tradição ocidental.

Nesse contexto de crítica à modernidade e aos estudos intra-europeus (ou do Norte Global em geral), emergem as perspectivas críticas

extra-europeias. Na América Latina, o grupo Modernidade/Colonialidade desponta como um representante crucial dessa vertente. Composto majoritariamente por pesquisadores latino-americanos de diversas áreas, esse coletivo se dedica a analisar as realidades regionais e a produzir uma bibliografia que oferece perspectivas alternativas para entender a história e as sociabilidades humanas. Essas novas abordagens desvelam aspectos antes obscurecidos pelos discursos da Modernidade, especialmente aqueles relacionados aos sujeitos colonizados. Um marco importante foi a obra "A colonialidade do saber – eurocentrismo e ciências sociais", organizada e publicada por Edgar Landier, em 2005. Essa publicação reuniu grandes nomes do grupo Modernidade/Colonialidade, como Alejandro Moreno, Aníbal Quijano, Arturo Escobar, Edgardo Landier, Enrique Dussel, Fernando Coronil, Francisco López Segrera, Santiago Castro-Gómez e Walter D. Mignolo (Damasceno *et al.*, 2021).

Para superar efetivamente a colonialidade e suas complexas ramificações, é essencial buscar uma conciliação entre as críticas intraeuropeias e extraeuropeias à modernidade. As perspectivas extra-europeias, exemplificadas pelo grupo Modernidade/Colonialidade na América Latina, oferecem um olhar privilegiado ao expor as estruturas de poder e de saber a partir da vivência dos povos colonizados. Contudo, essa visão não anula a importância das análises intra-europeias, cujas contribuições de pensadores como Boaventura de Sousa Santos são cruciais para desconstruir os mitos da neutralidade científica e as promessas não cumpridas da modernidade a partir do próprio sistema que as originou. A síntese dessas abordagens permite uma compreensão mais completa e multifacetada da colonialidade, abrindo caminho para a construção de uma Ciência da Informação dotada de epistemologias plurais e verdadeiramente descolonizada, favorecendo a identificação de epistemicídios parciais e até mesmo totais de alguns grupos

na produção científica deste campo do conhecimento.

Em consonância com a centralidade da colonialidade do poder, Oliveira & Silva (2021) argumentam que a colonialidade vai além, estabelecendo classificações de pessoas e culturas. Ela impõe uma civilização e uma visão de mundo eurocêntricas, bem como uma epistemologia e produção de conhecimento eurocêntricas, tudo fundamentado em padrões modernos de humanidade. Isso afeta profundamente a própria dimensão ontológica do ser. Em uma perspectiva complementar, Alves (2025) destaca que as dimensões da colonialidade estabelecem relações constitutivas. O poder se constrói e se sustenta nas diversas interações entre os seres, que, por sua vez, produzem conhecimento oriundo dessas inter-relações. Da mesma forma, o saber é um produto dos seres influenciados por relações de poder. A colonialidade do saber, portanto, materializa-se nos construtos epistêmicos que foram mediados por regras específicas de produção e comunicação científica, refletindo e perpetuando as hierarquias coloniais.

Entre as diversas dimensões da colonialidade, a colonialidade do poder é considerada basilar devido à sua proeminência e capacidade de estruturar ambientes, pessoas e conhecimentos de maneiras construtivas, destrutivas, disruptivas e reconstrutivas. De Lyssovoy & Bailón (2021) afirmam que a colonialidade do poder remete ao poder que é ontologicamente colonial em sua origem e cuja articulação como ordem mundial surgiu após a invasão europeia e subsequente colonização da atual América Latina e Caribe.

Colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de 'raça'. Essa ideia e a classificação social e baseada nela (ou racista) foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação

colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder (Quijano, 2002, n. pp).

Grosfoguel (2008) aprofunda a conceitualização de colonialidade do poder proposta por Aníbal Quijano, que centraliza a raça. Grosfoguel percebe essa colonialidade como um "enredamento" ou algo próximo ao conceito feminista de interseccionalidade. Para ele, raça, diferença sexual, sexualidade, espiritualidade e epistemologia são partes integrantes, entrelaçadas e constitutivas desse amplo "pacote enredado" (Grosfoguel, 2008).

Nessa perspectiva, a "colonialidade do poder" designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial. Esse processo articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. O autor enfatiza que os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da "colonialidade global" imposto pelos Estados Unidos da América, por meio de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), o Pentágono e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (Grosfoguel, 2008).

A compreensão da colonialidade do poder, conceito fundamental para analisar as estruturas de dominação contemporâneas, é enriquecida pela articulação entre as abordagens de Aníbal Quijano e Ramón Grosfoguel. Enquanto Quijano (2002) firmemente estabelece a raça como o pilar central dessa colonialidade, argumentando

que sua invenção há quinhentos anos, em paralelo ao surgimento da América, Europa e do capitalismo, deu origem a mais profunda e duradoura forma de dominação colonial, permeando todas as esferas sociais e alicerçando o padrão de poder global; Grosfoguel (2008), por sua vez, não apenas endossa essa centralidade, mas aprofunda-a ao conceber a colonialidade do poder como um complexo "enredamento" ou um fenômeno interseccional.

Essa perspectiva interseccional, crucial para uma análise mais robusta, demonstra como a raça se entrelaça indissociavelmente com outros marcadores sociais de diferença dentro de uma mesma estrutura de poder. Ademais, Grosfoguel (2008) expande a análise de Quijano (2002) ao vincular a colonialidade do poder diretamente à divisão internacional do trabalho e à hierarquia étnico-racial global, abarcando até mesmo a experiência dos migrantes do Sul Global em grandes centros metropolitanos. Aquele autor ressalta, de forma contundente, a persistência dessa colonialidade como um regime de "colonialidade global", imposto e perpetuado por instituições hegemônicas como o FMI e o BM, evidenciando que essa estrutura de poder transcende as fronteiras estatais e continua operante na atualidade. Dessa forma, embora ambos os pensadores convirjam na identificação da colonialidade do poder como um alicerce do sistema-mundo moderno/colonial, Grosfoguel (2008) aprimora o escopo analítico de Quijano (2002) ao introduzir a lente da interseccionalidade e ao explicitar a dimensão institucionalizada da colonialidade global.

Os marcadores sociais de diferença que compõem o "pacote enredado" de Grosfoguel (2008), juntamente com outros não explicitados e a colonialidade global, permitiram que a colonialidade interferisse profundamente nas relações sociais por ela hierarquizadas. Essa interferência atingiu, concomitantemente, a própria dimensão ontológica dos sujeitos. De certo modo, a colonialidade do poder arroga para si o papel de estabelecer como o sujeito deve "ser", com

quem e como deve se relacionar com o outro, e, inclusive, como deve produzir seus conhecimentos. É nessa esteira de reflexões sobre Modernidade e colonialidade, e as intrínsecas relações entre poder e conhecimento, que emerge a crucial dimensão da colonialidade do ser.

A colonialidade do ser, conforme explicado por Maldonado-Torres (2008), descreve como o senso comum e as tradições são moldados por relações de poder desiguais. Esse processo resulta na discriminação de indivíduos e na marginalização de certas comunidades, que se tornam alvos preferenciais dessas dinâmicas. É possível considerar que a colonialidade do ser insidiosamente drena a essência da existência alheia, tecendo um manto de inferioridade que aprisiona o outro em um cárcere ontológico. Essa teia se constrói a partir de fios tão diversos quanto a fé, a ancestralidade e a cor da pele, entre outros, que se tornam marcas de um suposto demérito. Contudo, seja qual for a face dessa inferioridade imposta, seu propósito permanece inalterado e cruel: perpetuar e fortalecer as amarras da dominação e da exploração sobre os povos silenciados.

Conforme Porto-Gonçalves (2005), o eurocentrismo deixou não apenas um legado de desigualdades e injustiças sociais provenientes do colonialismo e do imperialismo, mas também um legado epistemológico que nos impede de compreender o mundo a partir de nossa própria conjuntura e de suas epistemes inerentes. Dussel (2015) aprofunda essa questão, explicando que, para pensadores como Descartes ou Husserl, o *ego cogito* constrói o Outro (colonial, neste caso) como *cogitatum*. Contudo, antes disso, o *ego conquiri* o constituiu como "conquistado" (*dominatum*). Em latim, *conquiri* originalmente significa buscar com diligência, inquirir com cuidado, ou reunir, fazendo de *conquisitum* o que é buscado com diligência. Entretanto, durante a Reconquista espanhola contra os muçulmanos, a palavra adquiriu o sentido de dominar, submeter, sair para recuperar territórios para os cristãos. É este

novo sentido que empregar-se-á ontologicamente aqui.

Em síntese, as diversas expressões da colonialidade compõem um conjunto de "egos" (eus) universalistas, modernos e abissais que se impõem sobre aqueles tidos como colonizados intelectuais. Isso perpassa as dimensões dos sujeitos em suas relações de poder, em sua composição ontológica e em sua produção de conhecimento. De acordo com Ferreira & Pita (2020), a colonialidade do saber/conhecimento, que se origina da colonialidade do poder, refere-se à produção de conhecimento dentro de relações de poder. Nesse contexto, as instituições de educação formal desempenham um papel padronizador, estabelecendo a distinção entre a "civilização" (europeia) e a "barbárie" (sul-americana).

"A colonialidade do saber trata da forma como se caracteriza a hegemonia do saber eurocêntrico no mundo" (Lima & Carneiro, 2019). A colonialidade do saber opera ao impor um padrão universalizante para a produção de conhecimento nas universidades ocidentalizadas. A legitimidade da estrutura do conhecimento moderno foi construída sobre uma lógica intrinsecamente racista e sexista. Conhecimentos de origem popular, indígena e negra sofrem epistemicídio não apenas no ambiente universitário, mas em qualquer instituição alicerçada e mantida pelos postulados ocidentais (França, 2023).

Como apontam Alves *et al.* (2024, p. 8), "a colonialidade do saber é um sinal visível da perpetuação da colonialidade na história". O aspecto mais ignominioso dessa colonialidade e do silenciamento de saberes reside na supremacia e predominância do eurocentrismo e do Norte Global nas construções epistêmicas, que foram autoproclamadas e fundadas em falácias históricas e científicas endossadas por algumas ciências (Alves *et al.*, 2024).

4 Epistemicídio na Ciência da Informação como herança moderno-colonial

Para além de todas as violências oriundas do colonialismo histórico, da modernidade e da colonialidade, há ainda um legado de violências epistêmicas, notadamente epistemicídios que refletem a colonialidade do saber.

Santos (1995) sopesa que o genocídio, que frequentemente marcou a expansão europeia, também se configurou como um epistemicídio. Ele explica que a eliminação de povos estranhos estava ligada à supressão de suas formas de conhecimento, e vice-versa, pois essas formas de conhecimento eram sustentadas por práticas sociais e povos considerados estranhos. No entanto, o autor ressalta que o epistemicídio foi muito mais abrangente que o genocídio. Isso se deve ao fato de ter ocorrido sempre que houve a intenção de subalternizar, subordinar, marginalizar ou ilegalizar práticas e grupos sociais que poderiam ameaçar a expansão capitalista (ou, em grande parte do século, a expansão comunista, considerada tão moderna quanto a capitalista nesse aspecto). Além disso, o epistemicídio ocorreu tanto nas periferias (espaços extra-europeus e extra-norte-americanos) quanto nos centros (espaços europeus e norte-americanos) do sistema mundial, atingindo trabalhadores, indígenas, negros, mulheres e minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais) (Santos, 1995).

O epistemicídio, um processo contínuo de produção de indigência cultural, não apenas anula o conhecimento de grupos subalternizados, mas também nega seu acesso à educação e promove sua inferiorização intelectual. Dessa forma, serve como instrumento de dominação étnico-racial, invalidando os saberes e os sujeitos produtores de conhecimento de grupos dominados (Carneiro, 2005). Para Santos (2019), consiste na destruição de uma imensa variedade de saberes sobretudo nas sociedades e sociabilidades coloniais.

No Brasil, o cenário epistemicida é ainda mais agravado pela sua reconhecida diversidade étnica, cultural e ambiental. O epistemicídio se manifesta na anulação sistemática dos saberes, epistemologias e práticas culturais dos povos originários, das comunidades tradicionais e da vasta herança africana. Conforme a perspectiva de "enredamento" de Grosfoguel (2008), esse cenário também abrange os mais pobres em geral e as comunidades subalternizadas que fogem dos padrões hegemônicos sexuais, religiosos e epistemológicos. Essa violência intelectual impõe uma única lente eurocêntrica para interpretar a realidade, marginalizando e silenciando conhecimentos ancestrais, línguas, cosmologias e formas de organização social que divergem do padrão dominante. Ao deslegitimar esses sistemas de pensamento, o epistemicídio não só empobrece a compreensão da complexidade cultural e étnica do país, mas também perpetua estruturas de poder que reforçam a discriminação e impedem o reconhecimento pleno da diversidade brasileira como pilar fundamental de sua identidade e desenvolvimento.

A institucionalização cognitiva e social da Ciência da Informação no Brasil revela as marcas da colonialidade do saber no pensamento informacional, notadamente, na intervenção de agentes externos (*outsiders*) na produção do conhecimento, na desvalorização de saberes locais, na hierarquização epistemológica e na supremacia do conhecimento do Norte Global (Alves, 2025). Face ao exposto, convém ressaltar a dinâmica de influências da colonialidade do saber nos diversos contextos sociais e científicos, principalmente, nas ciências sociais e ciências sociais aplicadas, onde se enquadra a Ciência da Informação brasileira.

5 Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa deriva de uma tese de doutorado defendida em março de 2025, que investigou as influências da colonialidade do saber na Ciência da Informação brasileira.

Logo, a metodologia aqui utilizada segue o mesmo alinhamento da pesquisa que a embasou.

A pesquisa se caracteriza como descritiva e adota uma abordagem qualitativa, buscando "conhecer-com" os sujeitos sob uma perspectiva metodológica não extrativista (Santos, 2019). O autor discorre que o cientista pós-abissal, assim como um artesão, utiliza as metodologias de forma criativa, recorrendo às técnicas aprendidas e aos instrumentos disponíveis. Isso porque as diretrizes metodológicas não são meras receitas mecânicas, dada a vasta diversidade de contextos nos quais o conhecimento é produzido (Santos, 2019). A ciência pós-abissal se compromete a fortalecer as lutas sociais contra a dominação. Esse "conhecer-com" pode ocorrer em diversos cenários:

- em arquivos ou bibliotecas, explorando tempos e espaços habitados por diferentes grupos sociais;
- com grupos sociais subalternos, participando e compartilhando ações ou experiências em curso, ou estudando-as anos ou séculos após sua ocorrência;
- analisando o passado para compreender o presente, ou fechando-o para construir o futuro;
- através de diálogos — sejam eles presenciais ou virtuais, reais ou imaginários, com seres humanos ou não-humanos.

É justamente analisando o passado, a gênese da Ciência da Informação no Brasil e a atuação dos *outsiders* nos seus processos de implantação e de institucionalização que se pretende compreender a conjuntura epistêmica presente para construir um futuro mais plural e diverso do ponto de vista epistemológico. Nesse sentido, a pesquisa também utiliza os métodos arqueológico (Foucault, 2015) e indiciário (Rodrigues, 2005, 2006; Ginzburg, 2007), combinados com a imaginação epistemológica (Santos, 2019).

Ademais, quanto aos procedimentos, a pesquisa é caracterizada como bibliográfica e documental. Para a construção do *corpus* bibliográfico, foram utilizadas obras que representam tanto as críticas intra-europeias quanto as extra-europeias à modernidade, estabelecendo uma relação dialógica entre essas perspectivas e praticando o diálogo intercultural para estudos decoloniais. Conforme Grosfoguel (2008), um diálogo intercultural Norte-Sul exige a descolonização dessas relações. Um diálogo horizontal, que se contrapõe ao modelo vertical ocidental, demanda uma transformação nas estruturas de poder globais. Em vez de buscar um consenso, pode-se imaginar mundos alternativos que transcendam o eurocentrismo e o fundamentalismo, embasados no respeito à diversidade e na justiça social. Boccato (2006) destaca que a pesquisa bibliográfica é um método crucial para solucionar um problema ou testar uma hipótese. Ela se baseia na análise e na discussão de referenciais teóricos já publicados, explorando as diversas contribuições científicas existentes sobre um determinado tema. Segundo esta autora, esse tipo de pesquisa fornece subsídios essenciais para compreender o que já foi pesquisado, como essa pesquisa foi conduzida e sob quais enfoques ou perspectivas o assunto foi abordado na literatura científica.

No recorte desta pesquisa, o *corpus* foi composto por artigos de intelectuais estrangeiros (*outsiders*) publicados em três periódicos brasileiros: Ciência da Informação (RCI), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Revista da Escola de Biblioteconomia (REB) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Revista de Biblioteconomia de Brasília (RBB) da Universidade de Brasília (UnB). O levantamento bibliográfico foi feito no *site* das respectivas revistas, bem como na Base de dados em Ciência da Informação (Brapci).

Alguns pesquisadores estrangeiros atuaram, na implantação da Ciência da Informação no Brasil, como docentes e orientadores de dissertações no primeiro mestrado em Ciência

da Informação do Brasil e da América Latina, no IBICT, e foram identificados no estudo preliminar, a saber, Frederick Wilfrid Lancaster, Tefko Saracevic, LaVahn Marie Overmyer, Bert Roy Boyce, Jack Mills e Douglas John Fosskett.

6 Resultados

A atuação de intelectuais em alguns campos do conhecimento pode ser vista como relativamente clara e é impulsionada por diversos fatores, como a criação de uma nova área, a escassez de mão de obra especializada local, a internacionalização e o intercâmbio cultural. No Brasil, a presença de *outsiders* na Ciência da Informação tem relação com esses aspectos, mas está também profundamente ligada a um projeto de intervenção estrangeira no âmbito educacional brasileiro, que parte do Norte Global em direção ao Sul Global.

Pinheiro & Loureiro (1995) afirmam que a área da Ciência da Informação surgiu impulsionada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que visava estabelecer um sistema mundial de informação científica e tecnológica, com sistemas nacionais interligados a ele. Alves (2025) aponta que a implementação da Ciência da Informação foi moldada por diversos fatores, entre os quais se destacam a influência de políticas econômicas, inicialmente desenvolvimentistas durante o regime militar e, mais tarde, neoliberais no período republicano; a importação de modelos universitários estrangeiros, especialmente norte-americanos, as políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação; e a interação disciplinar com outros campos do conhecimento, como a Biblioteconomia e a Documentação.

O contexto demonstrado até aqui permite considerar que essas influências estrangeiras não são obras do acaso, mas fazem parte de um projeto de subalternização epistêmica que começa no colonialismo histórico e se perpetua na modernidade e no movimento contemporâneo, bem como nas diversas

dimensões da colonialidade, sobretudo, no domínio do saber.

Santos (2019) argumenta que a ciência moderna sempre se caracterizou por ser um conhecimento produzido por "alguém de fora" sobre "alguém de dentro". Ele explica que essa distinção entre *outsiders* e *insiders* estabelece que o último é visto apenas como um objeto de investigação e um provável fornecedor de informações, mas nunca de conhecimento.

O levantamento da pesquisa recuperou 14 artigos dos *outsiders* supracitados, distribuídos em três revistas: oito na RCI, quatro na REB e duas na RBB, com publicações que vão de 1972 a 1995. Para uma ilustração mais clara dos resultados, sintetizou-se a lista dessas pesquisas no Quadro 1, conforme resultados obtidos por Alves (2025).

Quadro 1 – Produção científica de *outsiders* em periódicos brasileiros

Título	Periódico	Ano	Autoria
Libraries, technology, and the need to know	Revista Ciência da Informação	1972	LaVahn Marie Overmyer
Teorias dos sistemas gerais e a organização de bibliotecas	Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG	1973	Douglas John Fosskett
Alguns aspectos sociológicos dos sistemas formais de comunicação do conhecimento	Revista de Biblioteconomia de Brasília	1973	Douglas John Fosskett
Curso sobre Ciência da Informação para estudantes de Biblioteconomia	Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG	1974	Tefko Saracevic
Tecnologia da informação, sistemas de informação e informação como utilidade pública	Revista Ciência da Informação	1974	Tefko Saracevic
Literature growth and the retrieval system in scholarly communication	Revista Ciência da Informação	1974	Bert Boyce
Ordem e Pro-	Revista da	1975	Bert

gresso	Escola de Biblioteconomia da UFMG		Boyce
Acessibilidade da informação na pesquisa científica em processo	Revista Ciência da Informação	1975	Frederick Wilfrid Lancaster
The information services librarian	Revista Ciência da Informação	1976	Frederick Wilfrid Lancaster
Educação em ciência da informação na década de 1980	Revista Ciência da Informação	1978	Tefko Saracevic
Integrating in librarianship information	Revista Ciência da Informação	1979	Tefko Saracevic
O currículo de Ciência da Informação	Revista de Biblioteconomia de Brasília	1989	Frederick Wilfrid Lancaster
Ameaça ou oportunidade? O futuro dos serviços de biblioteca à luz das inovações tecnológicas	Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG	1994	Frederick Wilfrid Lancaster
A natureza interdisciplinar da ciência da informação	Revista Ciência da Informação	1995	Tefko Saracevic

Fonte: Alves (2025, pp. 160).

A preferência pela RCI é compreensível, dada sua proximidade com o mestrado do IBICT. É importante notar que alguns desses trabalhos são sínteses ou transcrições de palestras proferidas pelos estrangeiros. Do total, cinco artigos foram publicados em inglês e nove em português, sendo que os textos em português foram traduzidos por pesquisadores brasileiros, como Hagar Espanha Gomes, Antônio Agenor Briquet de Lemos, Aldo de Albuquerque Barreto, Alba Maria Martins Vaz de Oliveira, Suzana Pinheiro Machado Mueller, Gercina Ângela Borém, Isis Paim, e Laura Maia Figueiredo (que teve Tefko Saracevic como orientador no mestrado). O artigo "Ordem e Progresso", de Bert Boyce, é a única publicação de um *outsider* em português sem tradução por pesquisador nacional (Alves, 2025).

A escolha do título "Ordem e Progresso" para uma publicação de um *outsider* revela uma ambivalência notável, com implicações que

merecem ser analisadas criticamente. Ao apropriar-se de um lema profundamente arraigado na identidade nacional brasileira sem demonstrar um aprofundamento na realidade local, o autor sinaliza uma desconexão. Ocorre que esse distanciamento, ainda que inconsciente, acaba por reforçar as dinâmicas de poder e as relações coloniais de saber.

Para que a análise proposta por esse estudo tivesse maior solidez, seria fundamental que o mesmo estabelecesse um diálogo mais robusto com a produção científica brasileira, em vez de se limitar a mencionar pesquisadores estrangeiros. A adoção exclusiva do lema nacional como ponto de contato com a conjuntura brasileira, embora simbólica, mostra-se insuficiente para contextualizar adequadamente a pesquisa e demonstrar sua real contribuição para o debate sobre bibliotecas, serviços de informação e publicações especializadas no Brasil.

Adicionalmente, o fato de alguns estudos serem meras sínteses de palestras, aponta para uma possível falta de compromisso por parte desses *outsiders* em se comunicar efetivamente com o público brasileiro. A barreira idiomática era, presumivelmente, um obstáculo ainda maior na época, em um país já caracterizado por profundas desigualdades. Nesse interim, torna-se questionável a postura do IBBD/IBICT que, dispondo de recursos para trazer esses intelectuais estrangeiros, aparentemente não providenciou tradutores, delegando essa responsabilidade aos pesquisadores brasileiros. Essa prática pode ser interpretada como um reflexo de uma hierarquia epistêmica que negligencia as condições locais de acesso e disseminação do conhecimento.

Alves (2025) considera que é crucial observar que os 14 artigos recuperados se caracterizam metodologicamente como estudos teórico-descritivos, muitos deles originados de palestras ou traduções de trabalhos estrangeiros. Dentro desse conjunto, um artigo se destaca metodologicamente, a saber, "Curso sobre Ciência da Informação para

estudantes de Biblioteconomia" (Saracevic, 1974).

O trabalho de Saracevic (1974) revela indícios de uma pretensa integração entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, ao mesmo tempo em que expõe elementos do paradigma moderno e da colonialidade do saber. O artigo descreve o desenvolvimento e a implementação de um curso introdutório em Ciência da Informação, concebido para estudantes sem formação prévia na área. A singularidade do curso LS 524, oferecido na *School of Library Science da Case Western Reserve University*, reside no fato de ser a única exposição dos alunos à Ciência da Informação, o que demandou adaptações específicas em seu planejamento. A experiência com este e outros cursos dessa área na instituição culminou na elaboração e na publicação de um livro-texto que reflete diretamente o conteúdo e a abordagem do LS 524. A motivação, os objetivos, a definição e a estrutura da Ciência da Informação adotados no curso, bem como a metodologia de ensino aplicada, são apresentados com a crença de que podem ser generalizados e aplicados em outros programas de instrução que busquem integrar a Ciência da Informação à Biblioteconomia.

Nesse ponto, destaca-se o indicativo de intenção de uma universalização da Ciência da Informação em todos os locais onde seria implementada. Isso revela uma característica flagrante do pensamento moderno e da colonialidade de saberes: a imposição de metodologias universalistas. Essas metodologias, como vestimentas padronizadas, desconsideram as peculiaridades regionais em detrimento de um "eu ideal", ignorando a rica diversidade dos "corpos" de pesquisa. A pesquisadora brasileira Gomes (1974) inclusive observou que alguns discentes apresentaram dificuldades persistentes com as metodologias propostas por certos docentes. É crucial mencionar que, onde há a atuação da colonialidade de saberes e suas consequentes ações epistemicidas, também há resistências. Os grupos subalternizados, dentro de suas

possibilidades, demonstram que não permanecem inertes diante dessas violências, mas buscam modificar e ressignificar essa realidade.

É importante também ressaltar, conforme Alves (2025), que a concepção do curso introdutório de Saracevic (1974) aponta para um campo de estudo bem estruturado. Esse modelo sugere uma clareza e um consenso em relação aos fundamentos essenciais da Ciência da Informação passíveis de aplicação em diversos contextos educacionais. Além disso, a proposta de generalização reforça a importância da integração entre esse campo e a Biblioteconomia, onde o compartilhamento de motivações, objetivos e metodologias pode promover uma formação mais abrangente e integrada para os profissionais desta área. Isso indica que, para além da crítica à colonialidade do saber, o campo também buscava um considerável nível de institucionalização sociocognitiva desde sua implementação.

Conforme Alves (2025), os principais temas fundadores do campo, "Ciência da Informação", "Biblioteconomia", "currículo", "bibliotecas", "tecnologia" e "recuperação da informação", e seu desenvolvimento revelam uma base teórica com forte ênfase na relação com a Biblioteconomia, no currículo e nas tecnologias. Contudo, nota-se uma escassez de abordagens acerca da realidade nacional, evidenciada pela ausência de referências nacionais nas pesquisas iniciais. Nesse contexto, os primeiros epistemicídios na Ciência da Informação brasileira foram cometidos por agentes externos que, como docentes, orientadores e autores de referência, negligenciaram a produção científica nacional, desvalorizando o conhecimento local.

É extremamente prejudicial que uma área emergente seja marcada por ações epistemicidas, especialmente quando impostas de fora para dentro. A postura dos *outsiders* referenciados em solo brasileiro, conforme analisado, exemplifica um extrativismo intelectual. De acordo com Santos (2019), essa postura difere das

abordagens não extrativistas, como "conhecer-com" (envolvimento moderado, relação sujeito-sujeito) e "ser-com" (alto envolvimento, integração de saberes locais e científicos), nas quais o pesquisador se engaja profundamente com a comunidade, evitando a mera objetificação dos sujeitos e do campo de pesquisa para a extração de dados e de conhecimentos. Essa postura abriu caminho para outros silenciamentos, especialmente de populações vulneráveis, legitimando uma violência epistêmica interna, um "canibalismo epistêmico", que combina violências física, cognitiva e epistêmica.

7 Considerações Finais

A colonialidade do saber e o epistemicídio são fenômenos densos e de grande complexidade teórico-metodológica. Por isso, precisam ser acompanhados e combatidos de modo contínuo, nos diversos campos do conhecimento, inclusive da Ciência da Informação.

A atuação dos *outsiders* no Brasil evidencia a colonialidade na constituição do pensamento informacional brasileiro, que se materializa no silenciamento de conhecimentos de povos historicamente excluídos e subalternizados, sinalizando para a presença de violências epistêmicas na conformação do campo da informação.

As violências epistêmicas, que se materializam nos processos de institucionalização científica e social da ciência, especificamente da Ciência da Informação, podem ser silentes e passarem despercebidas, porém, provocam problemas epistêmicos retumbantes, reforçando processos históricos de marginalização, de opressão e de exclusão.

8 Referências

- Almeida, J. (2011). Geopolíticas e descolonização do conhecimento. Anais do I Seminário Nacional do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Vitória, Espírito Santo. <https://periodicos.ufes.br/snpgcs/article/view/1482>.
- Alves, F. A. C. (2025). A colonialidade do saber na implantação da ciência da informação no Brasil: influências dos outsiders no processo de institucionalização sociocognitiva. [Tese de doutoramento, Universidade Federal da Paraíba].
- Alves, F. A. C., Andrade, W. O., & Souza, E. D. (2024). Colonialidade de saberes na ciência da informação brasileira: o epistemicídio nas publicações científicas. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, 17, 1-24. <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/667>.
- Bachelard, G. (2006). *A epistemologia*. Edições 70.
- Bocato, V. R. C. (2006). Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. *Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo*, 18(3), 265-274.
- Carneiro, A. S. (2005). A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. [Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo]. <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>.
- Damasceno, M., Amorim, G., & Cardoso, D. (2022). Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade: perspectivas teóricas e históricas. *Revista TEL*, 13(1), 12-27. <https://doi.org/10.5935/2177-6644.20220002>.
- De Lissovoy, N., Fregoso Bailón, R. O., & Maia, F. G. (2021). Colonialidade: dimensões-chave e implicações críticas. *Revista X*, 16(1), 101-117. <https://doi.org/10.5380/rvx.v16i1.78401>.
- Dussel, E. (2015). Meditações anti-cartesianas: sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade Parte I. *Filosofazer*, 46(1), 11-44.
- Ferreira, D. M. M., & Pita, J. R. (2020). Colonialidade do saber no ensino da educação básica: resistência ou reprodução do eurocentrismo? *Revista Escrita*, 26, 1-17. <https://doi.org/10.17771/PUCRio.escrita.46645>.
- Foucault, M. (2015). *A arqueologia do saber*. Forense Universitária.
- França, I. G. (2023). *Colonialidade do Poder, Colonialidade do Saber e Oligopólios de*

- Comunicação de Massa. *Revista Ítaca*, 39, 7-20.
<https://revistas.ufrj.br/index.php/Itaca/article/view/61538>.
- Ginzburg, C. (2007). O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício. Companhia das Letras.
- Gomes, H. E. (1974). Experiência do IBBD em programas de pós-graduação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 3(1), 13-26.
- Gonçalves, M. B. (2011). Boaventura de Sousa Santos e a “Pós- Modernidade de contestação”: algumas notas marxistas. *Revista Aurora*, 4(2), 3-17.
<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1265>.
- Grosfoguel, R. (2008). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (80), 115-147.
<https://doi.org/10.4000/rccs.697>.
- Lander, E. (Org.). (2005). A colonialidade do saber: eurocentrismo nas ciências sociais - perspectivas latino-americanas. CLACSO.
- Lima, J. S., & Carneiro, R. N. (2019). Colonialismo do saber e suas implicações para a aplicação da lei nº 10.639/2003 nas escolas públicas. *Revista Contexto & Educação*, 34(108), 42-56.
<https://doi.org/10.21527/2179-1309.2019.108.42-56>.
- Maldonado-Torres, N. (2008). A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (80), 71-114.
<https://journals.openedition.org/rccs/695>.
- Mignolo, W. D. (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(94), e329402.
<https://doi.org/10.17666/329402/2017>.
- Mignolo, W. D. (2005). A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. Em E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo nas ciências sociais - perspectivas latino-americanas* (pp. 35-54). CLACSO.
- Oliveira, D. B., & Gomes, R. C. (2021). Epistemologia de fronteiras em Walter Mignolo: compreensão, críticas e implicações na pesquisa em educação. *Educação e Filosofia*, 35(74), 643-677.
<https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v35n74a2021-55175>.
- Oliveira, G. A., & Silva, É. (2021). “Tudo isso é Conversa para Comer sem Trabalhar”: capoeira, resistência decolonial. *Folha de Rostto*, 7(1), 161-176.
<https://doi.org/10.46902/2021n1p161-176>.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2005). Apresentação da edição em português. Em E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo nas ciências sociais - perspectivas latino-americanas* (pp. 3-5). CLACSO.
- Quijano, A. (2009). Colonialidade do poder e classificação social. Em, B. S. Santos & M. P. Meneses, (Eds.), *Epistemologias do Sul*. (pp. 73-118). Cortez Editora.
- Quijano, A. (2002). Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, 37(17), 4-28. <https://doi.org/10.36311/0102-5864.17.v0n37.2192>.
- Rodrigues, M. B. F. (2006). Exercícios de indiciário. Programa de pós-Graduação em História Social das Relações Políticas / Universidade Federal do Espírito Santo.
- Rodrigues, M. B. F. (2005). Razão e sensibilidade: reflexões em torno do paradigma indiciário. *Dimensões - Revista de História da UFES*, 17, 213-221.
- Santos, B. S. (2019). O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul. Autêntica Editora.
- Santos, B. S. (2018). Um discurso sobre as ciências. Cortez Editora.
- Santos, B. S. (1995). *Pela Mão de Alice*. Cortez Editora.
- Saracevic, T. (1974). Curso sobre Ciência da Informação para estudantes de Biblioteconomia. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 3(1), 40-64.
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/download/35991/28238/108469>.

NOTAS

¹ Este trabalho foi realizado no escopo das atividades do Projeto “Socialização do Método do Estudo Imanente em Informação”, Chamada

CNPq/MCTI Nº 10/2023, sob a supervisão do
Professor Doutor Edivanio Duarte de Souza.